

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.724 - EX (2019/0182757-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA - JUÍZO
CENTRAL CRIMINAL DE LISBOA - JUIZ 17
INTERES. : LUCIANO AZEVEDO BIGUETTI
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à notificação de LUCIANO AZEVEDO BIGUETTI (CPF n. 817.160.601-68) – acusado da prática dos crimes de burla qualificada e de falsificação de documento – de despacho que recebeu a acusação para que, caso queira, solicite a abertura de instrução.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 60-61. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 62).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, apresentou impugnação às fls. 66-70. Requereu a concessão dos benefícios de justiça gratuita e sua própria intimação para acompanhar o presente feito, contando-se em dobro todos os prazos. Requereu também que se oficie aos órgãos competentes para a promoção de diligências a fim de encontrar o endereço atualizado da parte interessada. Afirmou que a carta rogatória não veio pelas vias consulares, não estando suprida a necessidade do carimbo do cônsul brasileiro.

Por fim, argumentou que inexistente interesse de agir do Estado requerente, pois o não cumprimento da condenação pelo interessado não produzirá nenhum efeito jurídico já que eventual pedido de extradição que venha a ser posteriormente formulado encontrará óbice no art. 5º da CF. No mérito, pleiteia que seja negado o pedido de concessão do *exequatur*.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 49).

É o relatório. Decido.

Defiro os benefícios da justiça gratuita e a intimação da Defensoria Pública da União nos termos do art. 44, I, da Lei Complementar n. 80/1994.

Superior Tribunal de Justiça

Cabe esclarecer que a comissão foi encaminhada pela via diplomática, o que presume a autenticidade dos documentos. A tramitação oficial dispensa a tradução por profissional juramentado no Brasil e, nos presentes autos, os documentos que acompanham a comissão permitem a compreensão da controvérsia, não havendo comprometimento do direito de defesa.

Ademais, apesar de a intimação prévia ser procedimento preliminar da concessão do *exequatur*, os autos serão remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. A parte interessada ainda terá oportunidades para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

Quanto à ausência de interesse de agir, o pedido do Juízo rogante refere-se tão somente à notificação do interessado para ciência da sentença, e não à extradição do nacional. A alegação, portanto, é impertinente.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente